



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639330 - SC (2021/0006503-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : LUIZ FERNANDO KRAHL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIZ FERNANDO KRAHL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0013898-30.2017.8.24.0038).

O paciente foi condenado às penas de 9 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado e multa, por infração ao disposto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CP, e art. 244-B, *caput*, da Lei n. 8.069/90, c/c o art. 61, inciso I, e art. 65, inciso I, na forma do art. 70, *caput*, do CP, pena que foi redimensionada no julgamento do apelo defensivo pelo Tribunal estadual para 8 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão em regime fechado e multa.

A impetrante sustenta que a pena-base estabelecida ao paciente teria sido fixada acima do mínimo legal sem elementos concretos, especialmente no tocante às consequências do crime, vetor que deveria ser decotado da dosimetria.

Requer, liminarmente e no mérito, que seja concedida a ordem, com a redução da pena imposta.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que:

[...] por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório. (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente